



O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA A EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO

Marine Dubos-Raoul ¹

RESUMO

O setor sucroenergético, responsável pela produção de cana-de-açúcar e sua transformação em açúcar, álcool e/ou energia elétrica, conhece desde o início do século XXI uma nova fase de expansão baseada nos termos atuais do desenvolvimento sustentável. O presente artigo objetiva analisar no período contemporâneo o modo como as políticas públicas nacionais e internacionais, juntamente com o agronegócio sucroenergético e os atores locais, apropriaram-se do discurso da sustentabilidade, bem como compreender como as medidas decorrentes desse novo paradigma findaram em justificar a expansão do setor sucroenergético. A metodologia é baseada na pesquisa bibliográfica, no levantamento de dados agropecuários, assim como na análise de programas de desenvolvimento e, por fim, em pesquisas de campo. O trabalho evidencia que a apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável se tornou estratégico para a manutenção e expansão do setor sucroenergético, expoente as suas ações em favor do meio ambiente. Contudo, foi verificado que os atores admitem as contradições existentes entre os princípios da conservação do meio ambiente e a realidade dos atos decorrente do discurso da sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Setor sucroenergético. Sustentabilidade. Contradições.

THE SPEECH OF THE SUSTAINABILITY AS A STRATEGY TO THE EXPANSION OF THE SUGAR-ENERGY INDUSTRY SECTOR

ABSTRACT

The sugar-energy industry sector, responsible for the production of sugar cane and its transformation in ethanol and/or electric energy, has been known since the beginning of the XXI century a new expanded phase based in the real terms of the sustainable development. The aim of this article was to analyse in the contemporary period in what way the public politics, national and international ones, together with the agri-business sugar-energy industry and local actors borrowed the speech of sustainability. We also intended to understand how the

¹ Geógrafa, doutoranda, Universidade Paris VIII – UNESP P. Prudente. marine.raoul@gmail.com.



measures from this new paradigm concluded to justify the expansion of the sugar-energy industry sector. The methodology is based on the bibliography research, in the farming data surveys as well as in the analysis of developing programs and finally in the camping research. The work highlight that the assumption of the sustainable development speech became strategy to the maintenance and expansion of the sugar-energy sector, showing its action in favor of the environment. However, it was seen that the actors admit contradictions existing between the principles of conservation of the environment and the reality of the actors from the sustainability speech

KEYWORD: Sugar-energy sector. Sustainability. Contradiction.

EL DISCURSO DE LA SUSTENTABILIDAD COMO ESTRATEGIA PARA LA EXPANSIÓN DEL SECTOR SUCROENERGÉTICO

RESUMEN

El sector sucroenergético, responsable por la producción de caña de azúcar y su transformación en azúcar, alcohol y/o energía eléctrica, ha encontrado desde inicios del siglo XXI una nueva forma de expansión basada en los términos actuales del desarrollo sostenible. El objetivo de este artículo fue analizar en el periodo contemporáneo, de qué modo las políticas públicas nacionales e internacionales, aliadas a las agroindustrias sucroenergéticas y actores locales, se apropiaron del discurso de la sostenibilidad. Así como comprender cómo las medidas derivadas de este nuevo paradigma terminaron por justificar la expansión del sector sucroenergético. La metodología aplicada fue basada en la revisión bibliográfica, colecta de datos agropecuarios, también como en investigaciones de campo. Fue posible evidenciar que la apropiación del discurso sobre desarrollo sostenible se volvió estratégico a fin de mantener y expandir el sector sucroenergético, exponiendo sus acciones a favor del medio ambiente. Aún así, se pudo verificar el reconocimiento por parte de los actores, sobre las contradicciones existentes entre los principios de la conservación del medio ambiente y la realidad de las acciones que derivan del discurso sobre la sustentabilidad.

PALABRAS CLAVE: Sector sucroenergético. Sustentabilidad. Contradicciones

INTRODUÇÃO

O aumento da produção de cana-de-açúcar, principalmente nesses últimos dez anos, concretizou-se com a duplicação da área plantada, tendo como repercussão a expansão da fronteira do setor sucroenergético. De fato, o setor entrou em uma nova fase a partir dos anos 2000 em razão de fatores característicos do período, sendo um deles as mudanças na matriz energética relacionadas ao aprofundamento do paradigma do desenvolvimento sustentável na lógica de mercado e suas consequências na produção agrícola. Portanto, o objetivo do presente artigo é



discutir as estratégias do agronegócio sucroenergético no contexto dessa nova conjuntura internacional e nacional e, especificamente, a constituição de um discurso invocando o desenvolvimento sustentável para ampliar suas atividades no espaço brasileiro. Em primeiro lugar será abordada a evolução do setor sucroenergético nessa última década, concomitante a emergência do desenvolvimento sustentável como nova face de acumulação do capital no campo, apoiado pelas instituições nacionais. Em segundo lugar, veremos como a integração do discurso da sustentabilidade pelos – agentes locais se concretiza em lugares da fronteira atual do setor e as contradições que revela o pretendido “novo modo de pensar o desenvolvimento” e a preocupação pelo meio ambiente. A metodologia do trabalho apresentado é baseada em pesquisa bibliográfica (evolução da configuração energética e ambiental no contexto contemporâneo), em pesquisa documental (instituições do etanol nacionais e internacionais), em levantamento de dados agropecuários e fundiários e pesquisas de campo.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA DO SETOR SUCROENERGÉTICO

A área plantada com cana-de-açúcar duplicou no período 2000-2011, passando de cerca de cinco milhões de hectares em 2000, chegando a quase dez milhões de hectares em 2011 (IBGE, 2011). O estado de São Paulo concentra ainda 60% da produção, mais de 400 milhões de toneladas em 2011 sobre os 734 milhões de toneladas produzidas no Brasil (IBGE, 2011). Na região nordeste deste Estado, concentram-se desde os anos 1970 as bases agroindustriais do setor (usinas, centros de pesquisa, órgãos de decisões e representações, principais fornecedores de materiais e serviços, etc.). O aumento da produção canavieira se manifesta com a ampliação nesta região tradicional e, portanto, com mais relevância, pela expansão espacial dos canaviais para novas regiões, devido, entre outros fatores, a busca de área mais adaptadas a produção mecanizada e a baixa disponibilidade de terras em São Paulo (THOMAZ JUNIOR, 2010). Expandindo-se pelos limites oeste do Estado em torno de São José do Rio Preto e do Pontal de Paranapanema, a produção canavieira constitui a última fronteira do setor sucroenergético no Estado de São



Paulo (GIRARDI e SILVEIRA, 2012). Ao atingir estados vizinhos, ela estabelece uma nova fronteira do setor na escala nacional, aumentando significativamente nos Estados do Centro-Oeste, mais especificamente em Mato Grosso do Sul e Goiás. Nesses estados, a cana quase não existia antes dessa nova fase de expansão e a superfície plantada chegou a aumentar em 400%. Em 2000 a área dedicada à plantação de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul era de apenas 100 000 hectares, em 2011 essa área ocupou cerca de 500 000 hectares (IBGE, 2011).

AS PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS NA ESCALA INTERNACIONAL

As mudanças ocorridas no âmbito da matriz energética no século XXI, decorrentes do desenvolvimento sustentável e do aumento dos preços combustíveis fósseis, muito contribuíram para expansão do setor sucroenergético. Assim, procurar fontes de energia renovável se tornou essencial nas orientações internacionais, justamente quando as preocupações pelo meio ambiente ganharam uma dimensão mundial.

O ato inicial foi em Estocolmo, em 1972, quando a comunidade internacional começou a se questionar sobre os problemas ecológicos, de poluição e, por consequência, da urgência em cuidar do meio ambiente. Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento endossou o Desenvolvimento Sustentável², uma nova forma de pensar o desenvolvimento em equilíbrio com as esferas econômicas, sociais e ecológicas, e, assim, a emergência de um paradigma, um referencial novo para pensar o desenvolvimento. Já em 2002, a reunião da Conferência em Johannesburgo mostrou claramente uma determinação na elaboração de soluções de mercado aos problemas ambientais, inclusive pela primeira vez contando com a presença de grandes empresas nesse encontro.

Para Amin (2010) o desenvolvimento sustentável não é apenas uma nova forma e um conceito do desenvolvimento criado para um consenso internacional que não transforma, nem repensa os modos de produção. Segundo ele, o desenvolvimento sustentável é uma forma de “capitalismo verde”, no qual o capital

² Depois das preconizações do Relatório de Bruntland, em 1987.



“captura” o discurso ecológico a fim de justificar novas inserções dos mercados nos territórios (AMIN, 2010). A conferência Rio+20, em 2012, concretizou esse pensamento. O contexto da crise econômica mundial fez com que os problemas ambientais se tornassem secundários nas prioridades internacionais e foi afirmado a necessidade de uma aproximação do setor privado nas questões ambientais e, assim, acentuar a responsabilidade social e ambiental das empresas. Desta forma, o desenvolvimento sustentável foi posto como motor do crescimento industrial e o pragmatismo econômico das empresas (CHARTIER & DELEAGE, 2012), afastando-se de qualquer possível transição ecológica (AUBERTIN, 2012) e anunciando a privatização e mercadorização dos bens comuns.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A dimensão internacional das preocupações ambientais no início da década de 1970 relaciona-se ao contexto nacional e principalmente ao avanço da modernização da agricultura no território brasileiro. Enquanto no começo da década 1970 a preocupação crescente pelo meio ambiente na escala internacional voltou-se principalmente sobre a Amazônia e sobre a importância dos biomas amazônicos para a saúde do planeta, o restante do território brasileiro, e mais especificamente o Cerrado, viveu uma fase intensa de colonização agrícola (AUBERTIN e PINTON, 2013).

O Cerrado ocupava inicialmente 20% do território brasileiro, um conjunto amplo de biomas, ricos em biodiversidade, mal conhecido na época. Hoje, 50% do seu território é antropizado, fruto do avanço da fronteira agrícola a partir da década de 1970. O desenvolvimento agrícola foi possível pelo avanço tecnológico, tendo em vista que, por um lado, o Cerrado apresenta solos pobres e ácidos, não apropriados à agricultura, mas, por um outro lado, a presença de menores *rugosidades* foi uma característica determinante para a difusão da agricultura. Segundo Elias (2012) e Frederico (2013), apoiado nas reflexões do Milton Santos, as *rugosidades* são heranças materiais e imateriais presentes no território que resistem à implantação de novas formas de ocupação do solo. A presença de poucas *rugosidades* permite às



empresas globalizadas se implantar com mais facilidade, possibilitando a sobreposição ou a substituição de territorialidades já existentes.

A difusão da agricultura no Cerrado foi tão importante que é hoje uma das regiões mais produtiva do país. Alguns autores, tratando da ocupação intensiva na área, chegam a pontuar que o Cerrado se tornou “o campeão do agronegócio e do desmatamento” (AUBERTIN e PINTON, 2013, p. 1, tradução nossa), sobretudo a partir da década 1990, com o paradigma do desenvolvimento sustentável. Hoje, com a afirmação de soluções pelo mercado para os problemas ambientais, advindas das Conferências pelo Desenvolvimento Sustentável, a atenção se voltou para o Cerrado como área da compensação ambiental. Assim, o bioma se tornou o lugar privilegiado para os investimentos das empresas do setor privado para se manter, ou se dar, uma nova imagem, mais “limpa”, mais “verde”. Aubertin e Pinto (2013) destacam que:

A propulsão do bioma Cerrado no cenário internacional na Conferência do Clima em Copenhague, em 2009, contribui a transformar um espaço mal definido em um *hotspot* de biodiversidade e um provedor de serviços ambientais. Ele se tornou, ao lado de uma Amazônia que até então monopolizada a atenção internacional, um novo objeto ambiental (AUBERTIN e PINTON, 2013, p. 15, tradução nossa).

É importante compreender que, assim como observamos na evolução da difusão da modernização agrícola, uma participação menor do Estado, de iniciativas de políticas públicas para enquadrar as medidas em favor do desenvolvimento sustentável, vieram das empresas do agronegócio, que se tornaram responsáveis pelas ações de conservação do meio ambiente e, desse modo, os interesses econômicos passaram a ser prioritários nas estratégias de desenvolvimento sustentável.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROCOMBUSTÍVEIS

As mudanças no âmbito da matriz energética devido às preocupações crescentes pela conservação do meio ambiente levaram os agrocombustíveis a



representar uma solução à dupla “crise” energética e ambiental (SACHS, 2007). No Brasil, foi o conjunto do início das preocupações ambientais mais o choque do petróleo em 1973 que incentivou o governo federal a projetar uma alternativa à grande dependência do país às importações de petróleo e seus derivados.

Neste contexto, o etanol foi incluído na matriz energética numa perspectiva de autonomia energética. Em 1975 foi assinado o decreto do Proálcool: um amplo programa incentivando tanto a produção quanto a comercialização, com reduções fiscais, créditos ao consumidor, etc. Na época, o etanol era visto como uma possível alternativa ao petróleo, uma oportunidade nova aos agricultores produtores de cana-de-açúcar que sofriam das flutuações do preço do açúcar no mercado e, enfim, a redução das emissões de gases de efeito estufa. Até a década de 1990, o setor sucroenergético se desenvolveu no contexto das políticas públicas do país. Depois, ele entrou numa fase de crise relativa, de estagnação devido à desregulamentação do mercado agrícola, das possibilidades dos produtores vender diretamente suas produções – açúcar ou álcool –, ou seja: a liberalização da agricultura na escala internacional.

Só a partir dos anos 2000, quando os preços no mercado do álcool voltaram a ser mais interessantes do que as do açúcar e com a comercialização da tecnologia *flex*³ em 2003 pelo concessionário Volkswagen, que o setor sucroenergético conheceu uma nova fase de expansão territorial, que continua até agora. No contexto da expansão atual do setor, além desses fatores, não se pode deixar de analisar como o setor, no século XXI, tem uma estratégia de integração da sustentabilidade no exercício da sua atividade. A adequação com a retórica do desenvolvimento sustentável é uma necessidade do capital, pois enfrentou numerosas críticas por conta dos danos e impactos que a atividade causa ao meio ambiente. As empresas do agronegócio precisam se adequar a este novo padrão de desenvolvimento sustentável, forjando uma imagem mais “limpa” e “verde”. Para Bernardes (2013), a “revolução ambiental” e os benefícios ambientais decorrentes do desenvolvimento sustentável são pilares da nova fase de expansão do setor, assim como ele precisa

³ A tecnologia *flex*. permite ter um motor que aceita gasolina ou álcool. Em função da variação dos preços de um dos dois produtos, o consumidor faz a escolha de abastecer com o que mais compensa, e assim não é prejudicado com o aumento de preço.



se mostrar socialmente mais aceitável, com responsabilidade social de “Empresa Compromissada” (BERNARDES, 2013, p. 152).

O governo brasileiro expressou abertamente o fato de aproveitar do contexto internacional em favor do meio ambiente para expandir os agrocombustíveis:

É possível afirmar que existem circunstâncias favoráveis para a criação de um mercado internacional de biocombustíveis, começando pela expansão do mercado do álcool e direcionando sua utilização como combustível, pelas seguintes razões: a) Elevação do preço do petróleo e incertezas do seu mercado, b) Crescente preocupação mundial a respeito do meio ambiente, particularmente depois da entrada em vigor do Protocolo de Quiotom [...].(BRASIL, 2006, p. 34).

Ainda no Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011, um programa de ações sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2006), no âmbito da Secretaria de Produção e Agroenergia, a fim de desenvolver o etanol e a pesquisa tecnológica que o acompanha, apresentou o objetivo de:

[...] promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira [...] sem, com isso, ampliar a área desmatada e sem reduzir a área utilizada na produção de alimentos, mantendo os impactos ambientais circunscritos aos socialmente aceitos. (BRASIL, 2006, p. 4).

Para François Houtart (2009), a expansão atual do setor sucroenergético se encaixa nesse paradigma do desenvolvimento sustentável, em que os agrocombustíveis se apresentam como a “nova fronteira de acumulação do capital” (HOUTART, 2009). Segundo ele, o modelo de produção dos agrocombustíveis não reconsidera o de produção agrícola. Ele apenas “espalha o seu desempenho verde” para compensar os impactos ambientais e sociais, como o exemplo dos mercados dos créditos de carbono que, para o autor, não é nada mais que uma permissão para poluir, o que ele chama de “econegócio em expansão” (o que pode explicar, também,



de maneira mais geral, os grandes investimentos em direção ao setor agrícola nesses últimos anos, como é exemplo a estrangeirização de terras).

De fato, o setor sucroenergético se expande a partir deste contexto energético-ambiental favorável sem realmente mudar as consequências e impactos da atividade agroindustrial no meio ambiente. No entanto, as ações consideradas pelas instituições públicas em favor do meio ambiente, principalmente de compensação, parecem entrar em contradição com o objetivo principal, que é a conservação do meio ambiente.

A SUSTENTABILIDADE E AS SUAS CONTRADIÇÕES

O discurso da sustentabilidade, e especificamente da importância de se produzir fonte de energia renovável para o mercado interno e externo, está sendo apropriado pelos atores locais. O desenvolvimento do setor sucroenergético se organiza estrategicamente com auxílio de políticas públicas locais, procurando integrar “medidas verdes”. No entanto, muitas vezes tais medidas se tornam ineficazes frente aos reais problemas ambientais materializados no local.

Neste sentido, na ânsia de compreender como o discurso da sustentabilidade se inseriu na escala individual, bem como a maneira como empresas e o poder público usam o desenvolvimento sustentável para se manter e/ou justificar a implantação do setor sucroenergético, foram realizados dois trabalhos de campo, em 2013, nos municípios de Quirinópolis-GO e Maracaju-MS. A escolha destes se deu pelo fato de ambos se localizarem em regiões de desenvolvimento de polos regionais do setor sucroenergético⁴, onde a cana-de-açúcar se expandiu significativamente nesses últimos anos. Assim, foram realizadas um total de vinte entrevistas no município de Quirinópolis-GO e dez em Maracaju-MS. A expansão do setor sucroenergético nos dois locais de pesquisa conta com a chegada de dois grupos com capacidade de investimento importante: a Cargill e a Petrobras em Quirinópolis, e a Louis Dreyfus Commodities (Biosev) e a Tonon Bioenergia em Maracaju. Esses grupos se implantaram, ou se juntaram, a empresas já existentes no mesmo período,

⁴ Os polos regionais do setor sucroenergéticos têm como objetivo de criar um revezamento das indústrias e outras empresas agrícolas para atender às necessidades do setor em escala regional.



em torno de 2006, e têm a sustentabilidade na sua estratégia de expansão. Um exemplo disso é o discurso divulgado pela usina Boa Vista, em Quirinópolis (Grupo São Martinho e Petrobras Biocombustíveis), que considera “A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos do Grupo São Martinho e está presente na missão da companhia de oferecer produtos de forma inovadora e que assegurem a preservação dos recursos naturais existentes⁵.” Da mesma maneira, a Usina Maracaju, localizada no município homônimo e pertencente ao Grupo Biosev (Louis Dreyfus Commodities), põe esses elementos em evidência, afirmando que:

A Biosev tem a proteção do meio ambiente como um de seus mais importantes princípios. A companhia possui políticas rígidas e bem estruturadas nessa área e desenvolve programas de monitoramento, tratamento e reutilização de subprodutos. Paralelamente, mantém uma série de ações que visam conscientizar os colaboradores e a comunidade sobre a importância do respeito à natureza⁶.

Atualmente, as empresas do agronegócio precisam se adequar melhor com os requerimentos do desenvolvimento sustentável: a busca de um equilíbrio econômico, social e ecológico. Portanto, além de incentivar as iniciativas que proporcionam uma imagem mais limpa e responsável de “empresa comprometida”, os órgãos públicos locais também defendem o comportamento dessas empresas nos locais de implantação. Durante a entrevista na Secretaria da Agricultura de Quirinópolis, um dos entrevistados relatou que:

[...] as usinas, os dois grupos que vieram para Quirinópolis, lógico que não deixou de ter impacto ambiental, mas são pessoas, são dois grupos que vem respeitando o meio ambiente, tem procurado fazer o melhor possível, obedecendo as leis ambientais⁷. (DUBOS-RAOUL, 2013).

⁵ Acesso 05/09/2014:

http://www.mzweb.com.br/saomartinho2009/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=33980

⁶ Acesso 05/09/2014 : <http://www.biosev.com/inter.php?id=64&ct=60>

⁷ Entrevista realizada em Quirinópolis dia 16 de maio de 2013.



O poder público reconhece, então, e confessa que existem danos ambientais decorrentes da atividade do setor, mas que podem ser considerados “equilibrados” pelas iniciativas paralelas dessas empresas e de compensação. Um representante da Secretaria do Meio Ambiente de Maracaju deixou isso muito claro ao relatar sobre as queimadas, um dos principais impactos gerado pelo setor:

[...] a queimada, é o único impacto na minha visão. Porém, as usinas sempre pediram autorização para o município, né, para estar fazendo essa queima. O município tinha uma lei, especificava exatamente aonde a usina poderia estar queimando, parte dessa plantação, porém, ela teria que estar pagando a compensação disso para o município. Então, a usina queimava parte da sua produção, porém, ela pagava uma taxa ao município, que é uma forma de compensar, entendeu, esse impacto ambiental⁸. (DUBOS-RAOUL, 2013).

Por isso, para compensar o fato de que elas precisam derrubar árvores, provocar queimadas, além de outros tipos de danos ao meio ambiente, as empresas pagam uma taxa, ou, outras vezes, plantam árvores, o que elas chamam de “reflorestamento”. Podem, ainda, dar uma ajuda financeira ao município, investindo em projeto social ou criando um viveiro de mudas para distribuir e disponibilizar à população, ou até organizar (ou financiar) campanhas contra os incêndios, etc. Ou seja, os danos ambientais estão aqui compensados pelo dinheiro, uma compensação financeira que, assim, “deleta” o impacto. Respondendo sobre os efeitos da incorporação da vinhaça para a fertilização do solo, o que provocou a presença de “mosca-de-estábulo”⁹, um dos representantes da Secretaria do Meio Ambiente de Maracaju assume que os impactos ambientais das atividades do setor sucroenergético são inevitáveis, mas sempre compensados, no final das contas:

[...] eu penso que é um problema ambiental, com certeza, um impacto, mas esse impacto...do que a atividade trouxe pelo município... acho que compensa [...] é um impacto, tudo bem, mas a gente tem que ter essa visão

⁸ Entrevista realizada em Maracaju dia 30 de outubro de 2013.

⁹ A “mosca-de-estábulo”, também conhecida como “mosca da vinhaça”, é atraída pela vinhaça usada pela usinas para a fertilização do solo. Esta prática cria um ambiente favorável a sua reprodução rápida, criando desconforto para os moradores, invadindo suas casas e atacando os animais e gerando prejuízos.



de desenvolvimento sustentável na verdade para o município...sempre acaba aceitar algumas coisas, condições claro, condiciona a usina a se adequar de alguma forma, ou seja compensar de alguma forma...eu acho que é feito: quando faz campanha em educação ambiental, doação de muda, doação de cartilhas, algum evento para o município tudo, ela sempre apoio, a gente nunca teve, a gente sempre pode contar com eles, entendeu, então não vejo isso como impacto negativo¹⁰. (DUBOS-RAOUL, 2013).

Enquanto isso, o entrevistado da Secretaria da Agricultura de Quirinópolis, ironiza sobre essas ações de compensação socioambientais praticadas pelas usinas:

[...] elas têm a obrigação a cumprir anual uma parte social da cidade, que ela estão instalando ainda no município. Ajudam na creche, na praça, esse tipo de coisas, por cada árvore derrubada elas têm que plantar 12 árvores...mas elas não fazem... elas fazem, só que ai vem a questão técnica: agora, que acabou a chuva você vai lá e planta uma arvorezinha, que gracinha, linda...só que eles não molha ela mais, eles planta mais não molha...dos doze mil árvores, são 120 que escapam¹¹. (DUBOS-RAOUL, 2013).

Aqui está toda contradição da compensação ambiental, das medidas compensatórias e da propaganda feita pelo setor sucroenergético para dar uma imagem de empresa comprometida com o meio ambiente. As ações de reflorestamento, de educação ambiental ou ainda de distribuição de mudas aparecem como ações em favor da conservação do meio ambiente, porém são apenas slogans “ecologicamente corretos” que tentam compensar os impactos ambientais que não deixam de existir. Desta forma, o que aparece mais importante para o poder público, e até na imagem que a população tem, não são tanto as medidas em favor do meio ambiente. As medidas de compensação financeira, e sobretudo os benefícios econômicos que as usinas trazem para essas regiões de fronteira, são, neste caso, mais relevantes. As ações em favor do meio ambiente são apenas um objeto que ajuda a dar uma imagem mais limpa e, assim, mais responsável. O entrevistado da Secretaria da Administração de Quirinópolis ao falar das consequências da chegada

¹⁰ Entrevista realizada em Maracaju no dia 30 de outubro de 2013

¹¹ Entrevista realizada em Quirinópolis no dia 16 de maio de 2013



das usinas evidencia esse fato: “[...] elas vieram realmente trazendo benefícios para nossa cidade, para nosso município, para toda região, falar em termos de pontos negativos, a gente não enxerga”¹² (DUBOS-RAOUL, 2013). Assim como o entrevistado de uma cooperativa nos disse que: “[...] as pessoas estão acomodada com isso [...] ainda está bom, ainda está compensando”¹³ (DUBOS-RAOUL, 2013) ao tratar dos problemas trazidos pelas usinas, mas que estão sendo compensados.

O discurso do desenvolvimento sustentável e as ações decorrentes se integraram desde as políticas públicas até a esfera mais individual dos atores. Foram evidenciados apenas os discursos mais relevantes, porém, ressalta-se que no discurso de um terço dos entrevistados em Quirinópolis, e metade dos entrevistados em Maracaju, seja por meio da crítica ou da justificativa, verificou-se a consciência do uso de medidas decorrentes do desenvolvimento sustentável como estratégia para a implantação do setor. Além disso, os discursos apresentados revelam o quanto a sustentabilidade não é necessariamente sinônimo de proteção ao meio ambiente. Os entrevistados deixaram claro que os benefícios trazidos, principalmente em termos econômicos, fazem o equilíbrio com os possíveis danos ambientais causados pelo setor sucroenergético. Um responsável de um jornal de Quirinópolis, que viu a transição quando as usinas chegaram, comentou, ironizando a situação do município, que os ganhos decorrentes da chegada das usinas são enormes e as perdas aparecem, então, como uma consequência “invisível” desses ganhos, e no caso desse município: “uma cidade, quando está afundada, aceita [...]”¹⁴. (DUBOS-RAOUL, 2013).

CONCLUSÃO

O discurso da sustentabilidade permite ao setor sucroenergético ser mais aceito na sociedade. Desta maneira, a incorporação da sustentabilidade é uma forma de não enxergar os conflitos decorrentes da implantação e atuação do setor sucroenergético, numa visão do desenvolvimento que implica fazer concessões: benefícios econômicos em troca de impactos ambientais. O setor sucroenergético

¹² Entrevista realizada em Quirinópolis no dia 16 de maio de 2013

¹³ Entrevista realizada em Quirinópolis no dia 17 de maio de 2013

¹⁴ Entrevista realizada em Quirinópolis dia 15 de maio de 2013



precisou, e ainda precisa, do discurso da sustentabilidade para se expandir e se consolidar no campo brasileiro. O desenvolvimento sustentável, incentivado pelas políticas públicas nacionais e internacionais, parece ser apenas uma forma “mais limpa” de desenvolvimento econômico, pois ele não muda, à grosso modo, as bases produtivas, fazendo apenas uma adaptação contemporânea do desenvolvimento agrícola da década de 1970. O que mudou efetivamente são as medidas compensatórias e o discurso que faz, como no caso do setor sucroenergético, a adequação à sustentabilidade assim vista. As suas atuações são menos criticáveis, pois ele tem uma postura “ecologicamente e socialmente mais responsável”.

O desenvolvimento sustentável se apresenta como a face modernizada do desenvolvimento do capitalismo no campo. Permitindo às empresas agrícolas seguir o padrão de produção, apenas incluindo algumas medidas “verdes” e outras formas de compensação ambiental, aumentando, assim, o poder do setor privado, assumindo o papel que o Estado deixou a partir da década 1990. A cana, o álcool, neste contexto é uma fonte de diversificação produtiva e/ou uma alternativa agrícola a curto e meio prazo (correção do solo, melhoramento das estradas, emprego/salário melhor, etc.). Mas uma dúvida permanece: até quando essas concessões ambientais e sociais poderão ser compensadas com benefícios econômicos? Parte dos entrevistados expressou um ceticismo quanto à sustentabilidade em termo real, ou seja, no sentido de longo prazo. Enfim, até quando essa forma de desenvolvimento pode permanecer? Sobretudo no contexto atual, em que vemos usinas fechando e fragilizando, não só essa suposta sustentabilidade, mas também o futuro de um município, de uma região.

REFERENCIAS

AMIN, Samir. **Les champs de bataille choisis par l'impérialisme contemporain Les conditions d'une réponse efficace du Sud**. In: Johannesburg, South África: [s.n.], 2010. Disponível em: <www.alnef.org.za/conf/2010/bataille_choisis.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.

AUBERTIN, Catherine; PINTON, Florence. **L'invention du biome Cerrado**. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasilera de geografia, n. 17, 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8218>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

AUBERTIN, Catherine. Capítulo 2: **Les conventions sur le climat et la diversité biologique : instruments de coordination internationale**, In: Le développement durable : enjeux politiques,



économiques et sociaux, C. Aubertin et F-D. Vivien (dir.), La Documentation Française, Paris, p. 49-74, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Metamorfoses no setor sucroenergético: emergência de contradições.** In: Espaço e energia: Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 143–154.

CHARTIER, Denis; FOYER, Jean. **Rio+20 : la victoire du scénario de l'effondrement ?** Ecologie & politique, v. 45, n. 2, p. 117–130, 2012.

ELIAS, Denise. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 13, n. 2, p. 153–167, 2011.

FREDERICO, Samuel. **Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil.** Confins, n. 17, 2013. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8153>>. Acesso em: 4 abr. 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon; SILVEIRA, Marina Fortunato Bueno da. **Mapaamento da territorialização do cultivo de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no período 2000-2011.** In: Anais do Encontro Nacional dos Geógrafos. Belo Horizonte: [s.n.], 2012.

HOUTART, François. **L'agroénergie solution pour le climat ou sortie de crise pour le capital ?** Charleroi: Couleur Livres, 2009.

IBGE, **Produção Agrícola Municipal**, 2011.

BRASIL, **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. 2. ed. rev. - Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110 p

SACHS, I. **A revolução energética do século XXI.** Estudos Avançados, USP. v. 21, n. 59, p. 21–38, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI.** Campo-Territorio: revista de geografia agraria, v. 5, n. 10, p. 92–122, 2010.